

MEY, J. L. AS VOZES DA SOCIEDADE – SEMINÁRIOS DE PRAGMÁTICA. TRAD. A. C. DE AGUIAR. REV. V. VERAS. CAMPINAS: EDITORA MERCADO DE LETRAS, 2001, 254 PÁGS. (COLEÇÃO “IDÉIAS SOBRE LINGUAGEM”)

Resenhado por: Sandra Patrícia de Faria

As vozes da sociedade – Seminários de Pragmática traz em seu título a gênese do conteúdo de seus textos: seminários apresentados pelo Professor Doutor Jacob Mey¹, de março a maio de 1997, nas atividades de pós-graduação em Lingüística Aplicada e Lingüística, quando de sua estada, como visitante, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Tais seminários tiveram como objeto investigações em sociopragmática entendida como uma pragmática voltada para o estudo da língua em contextos reais cotidianos, portanto, da língua incrustada na totalidade da vida social e política.

Inês Signorini apresenta *As vozes da sociedade* ressaltando a importância do livro como mapeamento do processo de gestação de percursos teóricos e metodológicos de integração de contribuições diversas como o *dialogismo bakhtiniano*, a teoria do *poder simbólico de Bourdieu*, a teoria do *discurso de Foucault e de Fairclough*, além da *filosofia política de Rancière* e como processo de escuta e reflexão que envolveu os participantes dos seminários com as contribuições do Professor Mey, na tentativa de estabelecer uma relação politicamente significativa para todos os participantes, inspirando-os a fazer ver a possibilidade de uma cena ou plataforma comum em que se possam construir novos percursos. Ela exorta os leitores a também se inspirarem na obra.

Logo após a apresentação da obra, segue uma nota biográfica do autor, quando ele discorre do início de sua trajetória de pragmaticista aos dias atuais. Vale ressaltar a coerência ideológica de Mey ao aliar seu dis-

¹ Meus agradecimentos ao professor Jacob Mey que, após ler esta resenha, teceu-me observações significativas e encorajou-me a publicá-la.

curso a sua prática, tomando como referência uma preocupação constante em ilustrar seu texto, sempre que possível, com exemplos do contexto brasileiro, tendo em vista o público, ‘as vozes ouvintes’ presentes aos seminários.

A obra está dividida em três partes interdependentes, cada uma delas subdividida em capítulos, por sua vez subdivididos em seções as quais, por questões técnicas, não serão apresentadas isoladamente nessa resenha, mas como um todo coerente dentro de cada capítulo. Ao final do capítulo I seguem sugestões adicionais de leitura e ao final dos demais, seguem referências bibliográficas.

Na primeira parte, *A Formação Societal*, dividida em três capítulos, Mey inicia pela explicitação do conceito “societal” (crucial para o entendimento da obra como um todo) como aquilo que diz respeito à sociedade, não se opondo diretamente a individual – como acontece na dicotomia social/individual e introduz o capítulo *I. Quem fala? Vozes e Personagens*, com a definição de ‘voz’ como o modo como se manifesta a formação societal de maneira que a formação societal como texto implica em atribuir vozes a falantes e ouvintes, quer sejam espectadores, ouvintes desconhecidos, leitores – próximos e distantes, juízes, pesquisadores, meios eletrônicos, etc. e pressupõe um papel para cada uma.

Entretanto, Mey esclarece que é a voz da sociedade que fala em seus personagens e através deles e salienta que a questão a se discutir reside em “como” e “em que medida” os falantes de uma língua criam a formação societal a qual pertencem, e em que grau a linguagem os ajuda ou os impede nessa tarefa. No estudo da linguagem ou do uso da linguagem, e não tanto no estudo da gramática, pode-se encontrar prática como atividade social. Assim, o uso das palavras nunca é praticado *in vacuo* e, por isso, a voz única é uma ilusão.

Em seguida, Mey apresenta a oposição do conhecimento teórico em relação ao prático e suas respectivas relações entre si, segundo as distinções de Bourdieu: *três tipos de conhecimento* (conhecimento fenomenológico – etnometodologia, conhecimento objetivista e conhecimento das relações dialéticas entre as estruturas objetivas – ciência adequada das práticas); *a divisão tripartida do conceito de vozes* (voz do membro – participante, voz descritiva – antropologia estruturalista, voz societal – diálogo e dialética de

Bakhtin); *as vozes dos falantes ou personagens* (a voz do membro que realiza suas atividades sem, de fato, saber o que está acontecendo: douta ignorância, nos termos de Bourdieu – o membro confirma a ordem existente, sem questionar as condições para sua possibilidade; a voz do linguísta ou cientista social que tenta capturar o conhecimento explícito do usuário em um sistema de regras, convencido de que a sua voz é a da verdade; a voz do “integracionista dialético” que se recusa a deixar-se aprisionar por dilemas de natureza cartesiana) e *as atividades sociais orquestradas nas vozes* (vivenciando ativamente a formação – informantes nativos ou participantes o fazem, mas não sabem que o fazem assim como não entendem a formação societal; descrevendo objetivamente a formação societal, assim como o faz Saussure com a ‘*langue*’; interpelando dialogicamente – com Althusser – a formação societal, separando-se tanto da tradição hermenêutica quanto da objetivista).

Mey situa o indivíduo na sociedade como responsável pela formação da mesma, na medida em que é um agente, um personagem, uma voz, naquilo que Bakhtin chamou de orquestração de um texto. As vozes dos humanos são os instrumentos constitutivos sobre os quais se funda, em última instância, a orquestração da sociedade.

A formação societal é apresentada como um *suporte*, aquilo que nós, seres humanos ativos e perceptivos, podemos promover, dadas certas condições temporais e espaciais; é um *espaço social* que cria e é criado pelas vozes que nele operam. Nos termos de Bourdieu, é o *produto diferido* de fatores determinados e semi-determinados denominados *condições econômicas e habitus* (sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a todo momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diversificadas).

No capítulo II, *Quem (pode) compreende(t)? Discurso e hegemonia*, Mey afirma que o falante tem sido negligenciado pelos linguístas, não referindo-se a tipos de falante como: nativo, fluente, privilegiado. Aponta o usuário da linguagem desregrado, descontrolado em oposição ao ouvinte ausente, não esperado, como problema dos esquemas da comunicação propostos por Saussure, Shannon & Weaver e Jakobson. Questiona o porquê da atividade do usuário da língua ser tão descontrolada, tão aparentemente

te anárquica, assim que nos afastamos do domínio controlado da gramática e de suas regras fixas. Ele aventa a hipótese de que o uso da linguagem ‘ao vivo’ é difícil de definir porque tem origem em uma situação especial dominada por dois ou mais parceiros conversacionais, cada um deles tentando contribuir para o tópico em questão. É impossível prever qual será o próximo movimento. Contrariamente ao minimalismo metodológico apregoado pelos adeptos da Análise da conversação, Mey advoga em favor de um ‘maximalismo’ da prática do usuário no diálogo (inclui a conversação, mas vai muito além dela).

Sob a voz de Bourdieu, Mey explicita, critica e propõe soluções à teoria saussuriana cuja crítica se deve ao fato de Saussure deixar de lado a ‘parte física da comunicação’. Ao considerar a fala como um objeto pré-construído, digno de estar na construção da linguagem, elimina a execução como trabalho da massa e a torna sempre individual, momento em que, segundo Bourdieu, Saussure solapa seu próprio pensamento postulando ‘fala’ como uma oposição entre ‘massa’ e ‘indivíduo’.

Segue a mesma trajetória ao criticar a teoria gerativa de Chomsky e acrescenta que nesse sistema de regras, a formação societal está ausente. A parte do circuito de fala, o ouvinte, suposto receptor legítimo da mensagem de fala, não recebe tratamento algum em nenhum dos sistemas considerados. Produtividade, ou geratividade, é estritamente uma questão de competência do falante. Em crítica à teoria chomskyana, argumenta ser desnecessário dotar o sujeito falante da capacidade de gerar um número infinito de sentenças, cada uma delas diferente de todas as que foram geradas anteriormente. Para Mey, creditar ao sujeito falante uma capacidade gerativa potencialmente infinita somente adia a dificuldade saussuriana: o poder de inovação requerido para gerar um número infinito de sentenças de forma alguma implica o poder de adaptação requerido para fazer uso relevante daquelas sentenças em situações constantemente cambiantes. Em relação às aporias inerentes à dicotomia língua x fala, Mey apresenta as soluções sistêmicas, estruturais, descritivas e gerativas, além de mecanicistas já propostas para o dilema de Saussure.

Conclui essa seção do capítulo, salientando a questão do usuário como um dos problemas mais importantes e mais embaraçosos com o qual a Linguística tem de se confrontar. Declara sua procura por um modo

de lidar com a linguagem que evite a cisão inicial, a queda em pecado inerente a todos os Adões e Evas que mordem a maçã saussuriana original e plantam suas sementes lingüísticas na expectativa de se tornarem senhores da gramática, para não dizer deuses estruturais, e antecipa que o aspecto dialógico da linguagem formulado por Bakhtin em seu famoso conceito de responsabilidade será um ponto crucial em suas considerações, especialmente em sua dialética de objetivação e incorporação. As vozes da sociedade estão lá para serem ouvidas e respondidas.

No terceiro capítulo dessa parte, *Quem (se) comunica? A pragmática da interação*, Mey não restringe comunicação a uma mera doação e recebimento de informação e postula que a ênfase dada à informação, na comunicação, tende a deixar de lado questões importantes que não podem ser esquecidas como, saber se a informação contribui para aquilo que Malinowski chamou de ‘comunhão’ entre humanos: interação entre pessoas que tenham um entendimento partilhado de seus papéis e lugares na sociedade e que mantenham suas identidades e objetivos individuais em respeito recíproco, com vistas ao bem comum.

Mey questiona e critica a visão da sociedade de informação. Inicialmente, sugere para entendermos uma formação societal, prestarmos atenção às metáforas usadas na caracterização da sociedade. A informação usada como uma expressão metafórica cobre toda ou grande parte da necessidade que as pessoas modernas têm de segurança e confiança nelas mesmas e no mundo que as cerca. Na sociedade de informação atual, o caráter todo-poderoso da informação cria um ‘tecido’ societal interpenetrado por todo tipo de ‘informações’. Uma sociedade paralela: o tecido universal fabricado à nossa volta pela moderna tecnologia computacional. Ele relata a evolução histórica da rodovia e denuncia o prejuízo decorrente dessa evolução no distanciamento das relações dos seres humanos, quando afirma que o início da rodovia marcou o começo da distância física entre as pessoas. O encapsulamento dos viajantes em carruagens, carroças privadas e outros veículos alterou o relacionamento entre os andarilhos viajantes que, antes, se associavam em rotas e passavam contando histórias e recontando experiências de viagem. Com o surgimento da rodovia, a informação tornou-se um objetivo por direito. Deixou-se de comunicar. A metáfora da ‘super-rodovia’ da informação

consolida a eliminação total da presença humana na estrada. É a informação que viaja rapidamente de um lugar para outro. Nessa estrada da informação, a presença física daqueles que agem como seus provedores se tornou redundante.

A interação face-a-face (a visão, gestos dêiticos, fala corporal) é diferente da interação, por exemplo, via ‘meio’(ex.: ao telefone) que representa para nós um contato humano ‘normal’ e somente nos ocorre questionar o papel do meio em um possível desentendimento. Para Mey, o meio descorporifica a mensagem, extrai o componente informacional e desconsidera o modo como a informação é conduzida na e pela *hexis* (comportamento).

O aparecimento da internet e de todo tipo de serviços de encontros ‘descorporificados’ é um corolário da problemática acima discutida. Vivemos num espaço determinado por nossas coordenadas sociais (incluindo também as corporais), e a ‘*realidade*’ virtual é, na melhor das hipóteses, um rele substituto para a comunicação total, a ser invocada e praticada somente nos casos em que a realidade de fato esteja além do nosso alcance.

Pessoas se comunicam dados certos contextos nos quais cada um de nós tenta entender o ponto de vista do outro, colocando-se em seu lugar. Existe mais no comunicar do que somente a classe. Mey distingue a classe como classe e a classe como uma coleção de indivíduos, cada um deles com sua própria ‘ideologia’ que, apesar de ter sido formada das experiências de classe, tem ainda uma considerável porção de independência pessoal.

Para Mey, a atividade individual por si só não leva à organização societal, é preciso interação: indivíduos agindo com ou contra outros, nas igualdades e desigualdades. O princípio que governa a interação societal é o *habitus*. Por isso, Mey alerta para a pressuposição subjacente à nossa sociedade ocidental moderna de que os indivíduos são ativos e suas atividades levam-nos a atingir seus objetivos e nos adverte a não tomarmos a atividade humana como uma reação determinística a condições preestabelecidas e a estímulos que exigem resposta imediata; tal interpretação mecanicista impõe ao espaço de uma sociedade um rígido padrão individualista de estímulo e resposta.

Bourdieu distingue entre *modus operandi* (o processo de uma atividade) e seu produto (*opus operatum*). Mey explica que estabelecemos a forma-

ção societal como o *opus operatum* humano por excelência, enquanto mantemos o tempo todo os olhos ligados em seu *modus operandi* e esclarece que se se chama a formação societal de texto é porque o produto desse discurso, o *opus operatum*, é o resultado concreto de uma operação discursiva que é o *modus operandi* do *habitus*.

Mey conclui esta parte dizendo que a transferência de informação não cria comunicação e a ação em si mesma não cria interação. Agir coletivamente não conota automaticamente a presença de interação.

Na segunda parte, *O texto*, também dividida em três capítulos, no capítulo IV, *Quem (se) expressa? A voz letrada*, Mey explica que toda sociedade expressa a organização coletiva de suas vozes em textos escritos ou preservados oralmente. No início, a palavra falada era considerada algo de verdadeira importância no mundo dos textos, tradição que continua viva nas culturas primitivas e enfatiza que nós é que deveríamos ser considerados primitivos.

Bourdieu cunhou o termo *doxa* (ao que Mey chama de voz societal) e definiu como aquilo que é aceito sem comprovação; é a classe daquilo que é tomado como dado, a soma total das teses postuladas tacitamente no lado mais elevado de todos os questionamentos; é o véu que cobre a realidade da sociedade: o interesse dos oprimidos está claramente em levantar tal véu, um desvelar as realidades sociais. Desvelar a *doxa* é descobrir a manipulação. A única maneira de quebrar o poder da *doxa* é pela irrupção de um elemento estranho, outra *doxa*, ou heterodoxia. As questões levantadas a partir dessa irrupção podem tanto levar a um encapsulamento da *doxa* correta pela ortodoxia ou *doxa* rígida, ou a uma outra nova visão do mundo quanto à forma mais radical de falta de reconhecimento e o despertar da consciência política – isto é, aceita-se sob condição a equação formulada por Marx de que a linguagem é consciência real, prática. Quando a *doxa* é revogada, o inquestionável aceito como o estado natural de coisas, nada era senão uma opinião infundada, uma crença popular irrefletida, um devaneio da imaginação do consumidor passivo.

Mey explica que na pragmática da voz societal a voz expressa o modo como está organizada a posição do personagem na sociedade. Os personagens sociais, juntos, fazem o ‘tecido’ da sociedade, e o texto societal é o resultado mais ou menos bem sucedido da representação do entendi-

mento do personagem acerca dessa organização societal. Conforme Bourdieu, todo agente fala inseparavelmente e simultaneamente de sua classe – sua trajetória ascendente ou descendente – e de seu corpo. Nenhum indivíduo age totalmente sozinho, é formado de um todo ideológico que está na sociedade. As propriedades das quais o indivíduo é portador não têm valor, a menos que sejam ‘carregadas’ por uma onda social. A voz que carrega é a voz da classe, quando trazida à sua derradeira realização consciente. As classes dominadas têm interesse em fazer recuarem os limites da doxa e expor a arbitrariedade; as classes dominantes têm interesse em defender a integridade da doxa, a ortodoxia. Na doxa, sequer temos que internalizar os valores hegemônicos (definidos por Gramsci como a aceitação incondicional e não condicionada do sistema de valores das camadas superiores da sociedade por parte das classes inferiores): eles são dados pela própria noção de doxa (opinião, crença primitiva). Comparando a doxa às *restrições* ou sob *suportes*, é uma outra maneira de ver a doxa sob o ângulo do controle social, é uma moldura invisível que determina o que posso ver em determinado cenário, ou o que não posso ou não irei perceber. A ortodoxia é o primeiro estado de inocência da doxa. Um sistema de eufemismos, de maneiras aceitáveis de pensar e falar o mundo natural e social, um discurso ortodoxo, a maneira oficial de pensar e falar o mundo.

Em seguida, Mey aponta o sentido básico do termo escolarizar: expor-se (ativamente) ou ser exposto (passivamente) às atividades escolares e discorre um pouco sobre as práticas de tradição oral, quando o único local para depositar o conhecimento seguramente seria a pessoa que incorpora a cultura e a tradição e, com a institucionalização da escola, de uma certa forma descorporificaram a escolarização e, como consequência, aqueles que estavam no controle do processo educacional podiam exercer uma fiscalização rígida sobre o que seria ensinado. O poder que reside em ser letrado ou culturalmente desenvolvido é manipulado fundamentalmente pelas próprias instituições controladoras de seu exercício, ao mesmo tempo em que o sistema educacional reduz os obstáculos à livre circulação do capital cultural que resulta de sua incorporação em pessoas individuais.

Na tentativa de se defender contra este tipo de doutrinação ou doxificação societal, Mey revela a consciência que já há alguns anos, os

pedagogos têm de que a escola, além de seu objetivo oficialmente proclamado – transmitir o conhecimento – tem outro propósito oculto: a formação de crianças para serem bons cidadãos. A agenda oculta nos diz que algumas línguas são melhores que outras, que algumas crianças são mais bem equipadas para o aprendizado que outras, temos que aceitar e conviver com a desigualdade na sala de aula.

Mey destaca Basil Bernstein e Paulo Freire por terem se tornado extremamente populares no mundo educacional anglo-saxão e no continente europeu, especialmente Paulo Freire que vem sendo revivido e repensado até hoje e critica o fato de lingüistas americanos terem falhado ao decifrar os códigos sociais do texto, pois cometeram o erro capital de acreditar ler nos pontos de vista da sociedade dominante os seus próprios pontos de vista – substituíram o texto lingüístico pelo social. Acrescenta que Bernstein tentou ler o texto social de cima para baixo, desconstruiu o texto educacional e mostrou suas insuficiências, enquanto Freire assentou o texto novamente em seus pés e trouxe à tona as realidades ocultas e assentou sua prática onde Bernstein fazia falar a teoria: se a sociedade é um depósito de lixo de desigualdades sociais, então temos primeiro que limpá-la, usando a linguagem como nossa ferramenta. É a abordagem conhecida como “*conscientização*”. Freire tomou como ponto de partida as realidades subjacentes ao texto e trouxe à tona o currículo oculto da opressão social e construiu seus métodos educacionais em torno dessa desconstrução. A prioridade atribuída a Freire ao texto social com seus problemas ocultos dentre os quais a opressão social em geral, acabaram por se tornar grandes conscientizadores, eficazes em motivar pessoas para o uso de sua língua, abrindo-lhes a possibilidade de fazer algo a respeito de seus problemas. Dessa forma, a necessidade de conseguir uma educação formal efetivamente inserida, experimentada pelas minorias oprimidas era iluminada pelas tentativas de Freire de ler o texto social à luz da realidade dos oprimidos.

Pelo modelo de Freire se evidencia que a língua é o instrumento de opressão, visto que é utilizada pelas classes dominantes para cimentar seu poder. Simultaneamente, é um instrumento de liberação: sem conscientização e sem uma linguagem que torne explícito o que era implicitamente sabido ou totalmente desconhecido, o recuo da doxa é apenas um castelo no ar.

Mey introduz o capítulo V dessa parte, *Quem o consome? Letramento ativo*, com a noção de texto narrativo como aquele que recebe coesão dos atos de fala narrativos, e da declaração como um ato de fala declarativo e explica que os leitores são encorajados a olhar além da letra e tentar distinguir entre a verdadeira mensagem do texto e sua aparência aleatória. Em seguida, assinala a importância fundamental do trabalho de Bakhtin para qualquer um que lide com pragmática de textos e teoria literária, sem contar com a lingüística propriamente dita, tanto em sua variante teórica quanto na aplicada e comenta o conceito aplicado à linguagem, central na obra daquele: o endereçamento (voltar a atenção de alguém para alguma coisa e voltar-se para uma pessoa ou assunto). Mey observa que os elementos lingüísticos (verbos, nomes) não têm destinatário, não são ligados ou plugados em nada, nem em ninguém; no entanto, quando em uso, na língua, têm sempre, e necessariamente, um elemento de direcionamento: quando uso a língua, pressuponho a existência de alguém a quem eu possa me dirigir, um parceiro no diálogo. Essa visão do uso lingüístico como essencialmente dialógico tem grandes conseqüências: o parceiro não é somente uma caixa de ressonância passiva para minhas emissões, é parte integral da comunicação e co-proprietário de meu enunciado. O responder como o endereçamento estão juntos no diálogo, entendidos como uma forma de interação.

De Bakhtin também, Mey captura ambos os aspectos de *answerability* – responder a uma pessoa (dar uma resposta) e responder pelas próprias ações (responsabilidade), ou seja: uma resposta só pode ser dada no âmbito das realidades concretas do mundo; qualquer resposta a um ato que não seja compatível com os ‘mecanismos objetivos’, sobre os quais fala Bourdieu, é sempre vã.

O problema maior da interação, notado por Rancière, segundo Mey, é encontrar uma ‘cena comum’ e explicar sua fundação e seu modo de funcionamento. Para Bakhtin, a cena comunicativa é parte de nossa existência. Bakhtin fala da não auto-suficiência do eu: ‘ser significa ser para outro e, através do outro, para si mesmo’. Uma pessoa não tem território interno soberano, ela está sempre e integralmente na fronteira. Olhando para dentro de si mesma, ela olha para dentro dos olhos do outro ou com os olhos do outro. Bakhtin descreve aí a perfeita dialética do diálogo: ser e falar “para o outro”, “no outro” e “pelo outro”, “de” e “para si mesmo”.

Na seção seguinte, Mey apresenta os mecanismos objetivos da sociedade, segundo Bourdieu. Ressalta que a violência social está sempre oculta, porque é simbólica – opera não pela pressão ou pela força direta, mas em função de uma manipulação indireta. As obrigações criadas são morais e afetivas, censuradas, eufemizadas, uma violência socialmente reconhecida (porém) irreconhecível. A transferência de poder de uma violência direta para uma violência indireta e oculta torna possível reter um vínculo duradouro com seus subordinados sem ter que revelar-se como um monstro, um tirano desumano ou um opressor.

O autor esclarece que a violência simbólica, as relações de dominação são mantidas ou restauradas por meio de estratégias expressamente orientadas para o estabelecimento de relações de dependência pessoal que devem ser disfarçadas e transfiguradas para serem destruídas ao revelarem sua verdadeira natureza.

Ele coloca que, em seu estatuto original, a linguagem é simplesmente uma maneira de lidar com o mundo. As palavras emergem no pensamento abstrato e representam ação. No entanto, a linguagem pode ser vista como violência socialmente reconhecida, uma vez que ela é uma parte importante dos ‘mecanismos objetivos’ postulados por Bourdieu. Assim como não é a intenção do falante individual que importa, mas o modo como suas intenções são inscritas num padrão de uso da linguagem reconhecido pela sociedade, também não é a linguagem como tal que consiste num ‘mecanismo objetivo’ para a manutenção da ordem na esfera política, mas a forma como ela é utilizada na sociedade.

O consumo de texto é, pois, completamente dependente do modo como o texto societal é organizado e Bourdieu apresenta duas armadilhas: a) em termos de consumo do usuário individual, não podemos operar nem com apelos desarticulados, nem com atos de fala desprovidos de suporte, tudo que dizemos ou ouvimos deve passar pela instância de mediação da sociedade: não existe um verdadeiro ‘discurso livre’. A única perlocução verdadeira que meu ato de fala pode atingir é aquela que tem seu suporte no contexto social; b) para tornar possível a atividade lingüística, os mecanismos de violência na linguagem devem se mascarar.

Bourdieu observa que a ilusão de liberdade, porém, é pior que a escravidão. Alimentar as pessoas à força com seus direitos humanos, ou

aquilo que consideramos serem seus direitos humanos – sem provê-las com a oportunidade real de exercê-los é colocar uma jarra de água diante de uma pessoa sedenta e não deixá-la aproximar-se da mesma. A noção de usuário de linguagem independentemente é uma ilusão e o consumo ilimitado do texto societal é uma armadilha perigosa de fato. Os ‘mecanismos objetivos’ do uso da linguagem não são acessíveis ao livre gerenciamento pelo indivíduo.

A auto-regulação é vista por Mey como um mito, uma qualidade inerente aos sistemas estáveis que tendem a permanecer em um estado de equilíbrio. Quando o equilíbrio é perturbado por agentes externos, o sistema tentará neutralizar tal influência e retornar ao estado inicial.

Quanto ao ato de consumo, o autor assinala que ele contém em si um elemento ativo da criação individual, e um elemento passivo de estar à mercê dos poderes criativos que decorrem do fato de ser uma criatura da sociedade. A liberdade de expressão é sempre somente parcial, como se tem mostrado historicamente, dizer que os pensamentos são livres – contempla mais um desejo do que um pensamento. Como humanos, e membros de nossa sociedade, estamos qualificados para um entendimento de nossas vidas e de nosso tempo, estando implícita aí nossa livre escolha de fontes e *suportes* de conhecimento, grande conquista do iluminismo. Esse direito universal ao entendimento é exercido de formas muito diferentes e sempre de acordo com as circunstâncias sociais.

No capítulo VI desta parte, *Quem o adquire? Letramento e aprendizagem*, Mey distingue aprendizagem de aquisição de linguagem, tomando a aprendizagem, em seu sentido mais amplo, como resultado de uma instrução consciente, implícita em qualquer ambiente de treinamento; em contraste com o modo ‘normal’, ‘natural’ de aprender a linguagem, associado às frases iniciais da infância e atribuído eufemisticamente ao dispositivo de aquisição de linguagem, nos termos chomskianos e esclarece que nem a aprendizagem, nem a aquisição podem ser consideradas puras alternativas. Considera mito o fato de se dizer que não existe ensino formal da língua materna, pois ao adquirir a linguagem ‘naturalmente’, a criança é monitorada e corrigida pelos adultos, antes de entrar na gramática da escola, ao mesmo tempo que não adquirem nenhuma língua abstrata antiga, correspondente a algum método de aquisição ou dispositivo universal,

mas aquilo que lhes foi ensinado na aquisição, a saber, a língua do ambiente em que vivem.

Segue uma explicação sobre a maneira como os mecanismos objetivos assinalados por Bourdieu como essenciais para a perpetuação das relações de dominação numa sociedade são representados pelas escolas. Enfatiza que é a classe dominante que exercita a dominação societal e coloca em seu devido lugar os mecanismos necessários que lhe permitirão continuar sua dominação e, por isso, monta certas agências como Igreja, Exército, Polícia, Economia, etc. É uma questão comparável à definição de política explicitada por Rancière como o órgão que guarda a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição.

Segundo Bourdieu, todo sistema educacional desempenha um papel importante na criação e manutenção dos mecanismos objetivos de regulação social, é um meio político de manter ou modificar a apropriação do discurso com o conhecimento e o poder que ele carrega consigo. É por intermédio da educação nacional que valores “previamente selecionados” são mediados e transmitidos. As línguas e seu ensino desempenham um papel fundamental a esse respeito. A linguagem é usada como instrumento de poder: gargantas emprestadas e devolvidas. Mey critica o fato dos lingüistas terem, quase sempre, se mantido cegos para esse aspecto da manipulação da língua.

Ele explica que as próprias palavras do falante não são sempre suas e, por isso, Bourdieu distingue entre ‘carregar’ uma conversação por sua própria conta e ‘ser carregado’ pelo fluxo das palavras que emana de outra pessoa. O uso dessa expressão refere-se à idéia do falante sendo continuamente ultrapassado por suas próprias palavras. Há, então, um duplo dilema: o desejo de ser respeitado por seus próprios direitos, ter suas próprias palavras carregadoras de sua fala aceita *versus* o desejo de participar de um contexto mais amplo da sociedade. Por outro lado, o desejo de guardar suas próprias palavras para si mesmo *versus* a necessidade de deixar carregar pelas ondas da sociedade e lidar com as realidades da vida exterior. Para sermos verdadeiros participantes dos debates democráticos devemos estar aptos a nos expressar, a ‘carregar’. Mas, para fazermos isso, temos que recorrer às palavras do outro, ao ‘discurso de poder’, discurso este que não se reduz a palavras e nunca foi um assunto

individual. Nossa cultura está se transformando e a palavra escrita ou falada está sendo tomada, em grande parte, por outras expressões: visuais, auditivas e até táteis.

Na seção seguinte, Mey trata das aporias da Linguística Aplicada e comenta que, como disciplina prática, ela deve lidar com os problemas concretos, individuais e sociais do uso da linguagem. Está presa ao dilema: promover e prosseguir com o uso da língua materna como meio de manutenção de dignidade e do respeito próprio ou prover o ensino da língua requisitada pela população. Em outras palavras, a manutenção do direito lingüístico a sua própria língua ou pronúncia de sua língua e o desejo de alcançar o sucesso num mundo em que a língua de alguns não é um meio regular ou aceito para ‘carregar’.

O autor nota, também, que as línguas são vozes da sociedade e se a sua sociedade é poderosa, então a sua voz será ouvida como um poderoso rugido; do contrário, não passará de um fraco balido. Quanto à educação, deve ser uma condição necessária, mas não é a garantia para o sucesso social que não é automático, deve ser alcançado no contexto permitido pela sociedade. Há, portanto, dois perigos da educação: a) o de “voltar-se contra si mesma” e desafiar seus próprios objetivos – ao invés de elevar os pobres, pode servir para aprofundar o abismo entre ricos e pobres e privá-los da pouca esperança que tinham de sair da pobreza, ou seja, o esclarecimento do ignorante pode acabar por convencê-lo de sua própria ignorância (Signorini) e b) o da “aculturação” – processo pelo qual os educados compram indiscriminadamente os valores de seus educadores e pulam fora de seus ambientes nativos. Quais seriam, então, as perspectivas para planejamento e políticas de linguagem? Segundo Mey, não haverá melhoria da situação das minorias antes que modifiquemos ‘a relação entre linguagem, trabalho e poder’.

Na terceira e última parte da obra está *O discurso*, dividido em quatro capítulos. O primeiro deles é o capítulo VII. *Quem discursa? Discurso e diálogo*, onde Mey inicia discorrendo sobre as diferentes concepções de discurso, dentre as quais a de Foucault, Wallace, Fairclough, Levinson, Bourdieu e a dele próprio: discurso como sinônimo de texto (Fodor, entre outros); como conjunto de relações que caracterizam uma formação societal em particular, ou seja, discurso é contexto social (Foucault) – visão que coloca em xeque a questão de texto sem contexto; como modo ideologicamente de-

terminado de falar e escrever sobre pessoas, lugares, eventos ou fenômenos, ligando texto a contexto (Wallace); como mais ou menos idêntico à atividade de discursar (vários lingüistas); como diferente de conversação, uma vez que conversação é um tipo particular de texto governado por regras de uso específicas que dizem respeito a um uso societal particular de linguagem em uma de suas mais importantes funções (Mey); tipo particular de texto chamado ‘conversação’, mas não como sinônimo de conversação (Levinson); como expressão do pensamento coletivo e fundado em crenças coletivas (Bourdieu).

Apresenta, também neste capítulo, a distinção entre Análise do Discurso e Análise da Conversação – a primeira, semelhante aos métodos das gramáticas clássicas voltadas para a sintaxe; técnicas dedutivas; teorização movida por regras ou pela gramática; não diferente e não igual à análise da conversação; um tipo de análise da conversação que mais se aproxima do modelo clássico de gramática de tradicional orientação sintática, com um sutil acréscimo de semântica; uma análise ultrapassada da linguagem falada, voltada para a gramática e para os atos de fala; é a simples extensão da gramática à semelhança da tão conhecida gramática do texto; a gramática do texto é semelhante à organização das gramáticas de sentença. As categorias gramaticais são chamadas de ‘categorias do discurso’ e suas seqüências são mantidas juntas pelas suas conexões semânticas, chamadas de coerência, conexões estruturais, sintáticas, chamadas de coesão. A segunda, baseada na observação, compilação e análise de enormes quantidades de dados, em particular de efetivos fragmentos do uso da linguagem, de todos os tipos de conversação na vida real por métodos elaborados de transcrição da conversação; técnicas indutivas; movida pelos dados; estudo que inclui análise do uso conversacional da linguagem.

Com relação à Gramática do texto, Mey explica que também alguns lingüistas a imaginam como sinônimo de Análise do Discurso; preste-se, no entanto, à visualização de qualquer texto (inclusive a conversação) e o texto em si como uma super sentença bem formada. Uma análise do Discurso baseada em regras abstratas de geração de texto e em conceitos de conexidade estritamente lógico-sintáticos.

Mey ressalta a importância do passo histórico em direção à ampliação de nossa visão da produção da linguagem humana, ao reconhecerem

a insuficiência de descrever a língua como consistindo de pequenas unidades isoladas de descrição, mas coloca a necessidade de transcender a abordagem limitada que encara os textos como coleções de produções lingüísticas e atribui tais produções às sentenças emitidas por um único indivíduo, ou mesmo pares de indivíduos, trocando unidades de texto padronizadas como perguntas e respostas, ordens e aquiescências, promessas e concordâncias e outras simples trocas conversacionais.

Mey explicita a Análise de Discurso Crítica de Lancaster, também conhecida como consciência crítica da linguagem, nas definições de Norman Fairclough que vê a ordem lingüística como um domínio de luta hegemônica e para quem Análise do Discurso se baseia em textos. É, portanto, o representante supremo da prática. Ressalta que o objetivo de Fairclough é encontrar as estruturas e a hegemonia que elas representam em textos e outras práticas lingüísticas. Cita também nessa corrente, Wallace que fala sobre leitura crítica como desconstrução dos discursos no interior de um texto e explica que para Foucault, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistema de dominação, mas é a coisa para a qual e pela qual há luta, o discurso é o poder a ser tomado. O poder não reside na linguagem, mas reflete nas estruturas de poder erguidas pela sociedade para alcançar e salvaguardar seus objetivos. Mey explica que para Fairclough, a hegemonia societal que, segundo Gramsci, é uma forma de dominação social na qual o grupo dominante ou hegemônico ganha o consentimento de outros grupos ou ao menos sua aquiescência a práticas e ideologias que constituem sua dominação, manifesta-se nas diferentes práticas de linguagem: nas maneiras de falar alternativas na sala de aula, na entrevista médica, no contexto legal (tribunal, delegacia), domínios nos quais, a noção de adequabilidade da fala, definida e fixada pelos grupos hegemônicos da sociedade possui tanto os componentes verbais e não-verbais (disciplinas, segundo Foucault).

Por fim, Mey explicita a Escola Francesa representada por Foucault e Bourdieu. Ele caracteriza o trabalho de Foucault pelo desejo de desvendar as estruturas ocultas de nossa sociedade. Salienta que Foucault ocupa a extremidade da teoria, teoriza a prática da linguagem, manda, tenta construir um texto societal libertador e fundamenta suas teorias na inteligibilidade de outras teorias e, sobre Bourdieu, Mey explica que aquele

é intermediário entre a teoria e a prática, ele analisa o discurso nas práticas que observa entre pessoas de ‘seu’ povo, a saber, o modo como os berberes cabilas organizam a sociedade. Lhe trouxe o reconhecimento de que as relações entre as pessoas podem ser capturadas na metáfora de mercado, como local para comércio de bens, como instituição cultural. A Análise do Discurso para Bourdieu deve sempre acontecer de dentro para fora e leva em consideração, a doxa: opinião comum. Constrói suas teorias diretamente a partir das premissas e considera a Análise do Discurso como mais uma manipulação metafórica de dados do que uma interpretação exata de dados sociais e se ancora na realidade antropológica o que não o impede de construir um mundo de objetos tão abstrato quanto as relações de poder de Foucault. Mey salienta que, segundo Bakhtin, a pluralidade de discursos refletindo a complexidade interna de nossa sociedade é o que distingue uma visão pragmática do uso da linguagem de uma mais descritiva. Discurso nesse sentido é diálogo entre usuários. Para Mey, o diálogo como esforço humano comum é engendrado e controlado pela sociedade da qual se origina, é governado pelas forças sociais que dominam as situações nas quais o diálogo é possível. O diálogo é um processo dialético que opera em constante oposição à sociedade e suas normas e re-produz o universo societal.

Com relação às diferentes escolas de estudos de linguagem insubordinados, Mey conclui que elas têm muito em comum: todas querem eliminar práticas desonestas no domínio da organização social, todas querem desvelar as desigualdades que reinam na cena social e lutar contra a englobante naturalização por meio da qual tais desigualdades se fazem passar por naturais. Tais teorias não se contentam em descrever e interpretar o mundo; querem fazer algo para mudá-lo.

Uma vez que aceitamos ser membros de uma determinada estrutura societal, estamos verdadeiramente dentro dela, com relação à linguagem. O que as pessoas podem dizer em seu diálogo societal é determinado por sua condição societal. As vozes societais determinam a quantidade de diálogo em que podemos nos engajar. Mey explica que Marx iniciou sua demolição do velho edifício do pensamento econômico ao tornar-se completamente íntimo dos trabalhos dos economistas clássicos e dos filósofos líderes da época, deixando que as contradições surgissem de dentro

em vez de atacá-las pelo lado de fora. Essa é então a estratégia defendida por Mey: deixar que as contradições textuais falem de dentro da sociedade, ao confrontar diretamente o texto societal e suas vozes com noções como letramento oferecidas como explicação e justificativa para o fenômeno social.

Mey diz que espera ter mostrado como esse fenômeno, uma vez despidido de sua aceitação convencional como explicação e justificativa, poderá servir para “desconstruir” criticamente essa mesma explicação e justificativa, e, no processo, inscrever na agenda o problema da hegemonia social. No conhecimento da linguagem devem ser incluídos fatores como o conhecimento sobre como lidar com as técnicas que governam e restringem o uso da voz societal. Se a abordagem for rígida demais, impondo definições demasiadamente estreitas de voz ou de ‘possibilidade de falar’, tais práticas restritivas irão anular um campo inteiro de possibilidades de falar e de usos da voz. Mey encerra essa seção sugerindo que as vozes da sociedade, bem como as da literatura são, por sua natureza, potencialmente subversivas e é tarefa do pragmaticista destacá-las (analisá-las) e reafirmar (concretizar) constantemente esse dinamismo.

No capítulo VIII, *Quem ‘implic(it)a’? Implic(it)ação textual*, o autor trata inicialmente das relações autor e leitor, autor e narrador. Para Mey, o leitor é o usuário por excelência. A leitura é uma atividade colaborativa entre o autor e o leitor. Ele chama de processo dialético à interação leitor-autor, na qual o leitor modifica o que texto, tornando o que lê co-produção. O leitor como colaborador ativo, é um elemento fundamental no jogo literário. Sua contribuição consiste em adentrar o universo criado pelo autor e tornar-se um ator mais do que mero espectador. O estudo pragmático da atividade literária focaliza os traços que caracterizam o aspecto dialético da produção literária: o texto como um processo de expressão em palavras (wording) originado e guiado pelo autor, mas simultaneamente orientado e ativado pelo leitor.

A persona do narrador não se identifica à de qualquer outro personagem. O autor também não pode ser identificado com as ações e opiniões dos personagens. Como escritor, como narrador, ele pode com efeito retratar suas pessoas como personagens reais; como autor, ele não pode reproduzir experiências reais ao descrever pessoas vivas sem autorização

– resultaria em processo de difamação. A pragmática da autoria versus narradoria é de importância crucial para a cooperação bem sucedida entre os usuários envolvidos na produção e consumo do trabalho literário. Narratividade, é sempre uma qualidade pragmática tanto dos leitores quanto dos textos.

No capítulo IX, *Quem ‘explic(it)a?’ – a leitura como um ato pragmático*, discurso é definido como “o conjunto de fenômenos em que e através dos quais a produção social do significado se realiza” enquanto um texto é definido como um produto tipicamente social criado por usuários num ambiente de condições socialmente determinadas.

Quando entramos no mundo de uma novela ou peça, entregamo-nos nas mãos do autor, que atuará como nosso cicerone ao longo do labirinto textual. A leitura é sempre uma aposta: uma história que vai ou não vai despertar seu interesse. Dessa maneira, o aspecto discursivo do texto não é exclusivamente passivo, o sucesso do texto depende da colaboração ativa do leitor na criação do universo textual. As vozes são tornadas possíveis no interior do *universo do discurso*. É somente através de um esforço cooperativo, compartilhado por autor e leitor que a interação das vozes pode ser criada e recriada com sucesso.

Mey lembra a antiga noção de que existe poder nas palavras e de que dentre nossas palavras, algumas são mais poderosas que outras e sustenta que o ato pragmático de leitura implica num convite em aberto ao leitor para unir-se ao autor na co-criação de sua história, preenchendo as lacunas que o texto deixa abertas. O ato verbal explícito do falante é, em muitos casos, dispensável dado um pano de fundo suficiente e o ato pragmático do ouvinte para entender o não dito, o ato de entendimento do leitor não depende daquilo que é encontrado no texto, mas no contexto total em que aquelas palavras são encontradas para fazer sentido, por meio de uma cooperação ativa, pragmática, entre autor e leitor. É essa conexão, espontânea, em grande parte inconsciente, das lacunas textuais que nos caracteriza como leitores competentes e ‘versáteis’. Por outro lado, esta característica carrega consigo uma obrigação da parte do autor de nos oferecer um texto legível, ‘conectável’.

No capítulo X, enfim, *As vozes da sociedade – letramento, consciência e poder*, Mey diz que a tecnologia pode ser definida amplamente como ‘técni-

ca mediadora’, um meio material de fornecer acesso a alguma área da atividade ou do conhecimento humano. Ela torna possível uma certa porção da herança cultural para o público em geral. Trabalhar com ferramentas não ensina por si só. É o raciocínio que acompanha as atividades que têm como suporte essas ferramentas que de fato tem impacto. Questiona assim: como tecnologia e formação da consciência humana interagem e se manifestam nas vozes da sociedade?

Ele sustenta que o letramento é concretizado como o controle sobre a palavra escrita, tanto em sua clássica aparência de literatura como nos meios eletrônicos. Um sistema completamente novo de ‘vozes’. Além de ser o bilhete de admissão para uma vida melhor rumo às formas superiores de vida societal, passa a ser considerado a manifestação de um padrão de qualificação objetivo, aplicado a toda a sociedade. É mais do que a habilidade de ler e escrever, é a habilidade de se identificar criticamente com a voz expressa da formação societal: a sociedade como texto interpelada e interpretada por falantes e leitores. O letramento não é o que torna as pessoas letradas, mas sim a maneira como essas pessoas funcionam em um discurso societal, utilizando suas próprias vozes.

Mey adverte que a atitude implícita subjacente a muitos trabalhos de “alfabetização” e de promoção do letramento é a de que saber alguma coisa é melhor do que não sabê-la e advoga que o conhecimento sem compreensão não é de muita utilidade. Segundo ele, a visão funcional acaba com o mito de que o letramento é melhor do que o analfabetismo. Ser letrado é simplesmente melhor do que não ser? O letramento é super valorizado porque pessoas letradas deixam de reconhecer o valor do trabalho de outros e também porque envolve aprendizagem fora do contexto de ação. O letramento para ser funcional tem que estar situado em um discurso representativo de atividade, com uma representação constituída pela minoria analfabeta / iletrada, e não pela voz da maioria alfabetizada / letrada.

As lições de Paulo Freire tinham o intuito de melhorar as condições de vida dos pobres, partindo da idéia de que conscientizá-los por meio da alfabetização, por meio de um processo harmônico de letramento atrelado a essas condições de vida, era um passo rumo a uma mudança para melhor. O ponto central do trabalho de Freire, no que se refere aos

planejadores do letramento é estabelecer contextos institucionais que encorajem discussões entre os novos letrados sobre o significado dos materiais escritos, no que diz respeito às novas formas de pensar e agir em suas próprias vidas.

Mey conclui, enfim, que acabar com o analfabetismo até o ano 2000, o sonhado e grandioso projeto da UNESCO nos anos sessenta, nunca será uma realidade significativa, a não ser que aprendamos a respeitar os usos do letramento, conforme percebidos pelas pessoas que queremos introduzir no mundo da leitura, e em outros aspectos do nosso letramento.